



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013378-98.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Manoel da Silva Rocha**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por **MANOEL SILVA DA ROCHA** contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando, erro administrativo que resultou em sua detenção por policiais. Alega que foi réu em processo de execução de alimentos, sendo, inclusive, expedido mandado de prisão civil em seu desfavor, o qual foi, no entanto, revogado, em 30/09/2016, ante a homologação de acordo. No entanto, no dia 02/11/2016, foi detido por policiais desta cidade e levado à Delegacia de Polícia de São Carlos, onde constatou-se que havia contramandado de prisão em seu favor, sendo liberado, com a lavratura de boletim de ocorrência após os esclarecimentos. Sustenta que foi preso injustamente, pois há mais de um mês já existia a comunicação do contramandado de prisão e que o ocorrido lhe gerou grande prejuízo moral pelo que pleiteia indenização de ao menos R\$88.000,00. Juntou documentos (fls. 22/28).

Citada (fls. 34), a Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 35/45), alegando, em síntese, que os agentes policiais agiram no estrito cumprimento do dever legal, uma vez que constava no sistema PRODESP que o autor figurava como "procurado", o que bastaria para excluir eventual nexa causal. Alega, ainda, que não obstante tenha o autor alegado que a dívida já teria sido quitada, não possuía em mãos o contramandado de prisão, tendo sido conduzido até a delegacia no banco de trás da viatura, sem algemas. Aduz, ainda, que, chegando ao plantão policial, aguardou-se a chegada do advogado do autor, o qual apresentou o contramandado de prisão, tendo ele sido imediatamente liberado. Por fim, assevera que não foi comprovado o dano moral. Requer a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

improcedência do pedido, ou, subsidiariamente, seja fixado o dano moral com moderação.

Juntou os documentos de fls. 46/55.

Réplica às fls. 58/75.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Desnecessária a produção de prova para o deslinde da controvérsia, passa-se ao julgamento do processo no estado em que se encontra, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15).

O pedido merece acolhimento.

Em que pese a atuação dos agentes policiais no estrito cumprimento de seu dever legal, é patente a falha administrativa em manter o autor como "procurado" junto ao Sistema da PRODESP, quando já havia sido expedido contramandado de prisão em seu favor, bem como comunicação do referido contramandado.

Nota-se que, de fato, em 30/09/2016, foi expedido contramandado de prisão em prol do autor (fls. 25/26), que foi entregue à Delegacia Seccional, bem como a 1ª CIA da Polícia Militar no dia **03/10/2016** (fls. 28).

Nota-se, ainda, que o mandado de prisão foi cumprido em **02/11/2016**, quando já havia comunicação do contramandado de prisão em favor do autor, no dia 03/10/2016.

Por outro lado, a própria demandada juntou documento que lhe foi enviado pelo Polícia Militar onde consta a informação de que "*verificou-se tratar de falta de atualização de dados na PRODESP*" (fls. 54). Constatou, ainda, que "*o sr. Manuel estava bastante constrangido*".

Dessa forma, o constrangimento sofrido pelo autor, ocasionado por erro do ente estatal, é patente, e se encontra suficientemente demonstrado o nexo causal entre a falha do serviço público prestado pela ré e o dano experimentado por aquele, impondo-se obrigação de indenizar.

Neste sentido já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

**"RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PEDIDO INDENIZATÓRIO POR DANOS MORAIS. Prisão civil indevida, após a quitação integral**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de débito alimentício. **Falha no serviço administrativo caracterizada, consistente em não alimentar os seus sistemas de informações de forma correta, ocasionando constrangimento e restrição ao direito de liberdade do administrado. Dano moral in re ipsa.** Precedentes desta E. Corte Sentença de procedência mantida.(...). Com efeito, ainda que por curto período, o autor teve cerceada sua liberdade de ir e vir. Caracterizado, dessa forma, o dano moral, proveniente da humilhação a que foi exposto e ao possível receio de se ver indevidamente aprisionado. Dispensável prova de tal dano, o qual deflui do próprio ato praticado pelo Estado (in re ipsa) (...)." (Ap nº 0015065-30.2013.8.26.0309, Relator Desembargador Leonel Costa, j. 15.06.2016).

Ademais, ao contrário do que pretende a demandada, o autor não pode ser responsabilizado por não ter se precavido de eventual erro da administração.

A verdade é que de fato o demandante foi encaminhado à Delegacia de Polícia irregularmente, ou seja, quando a autoridade policial já detinha a contraordem para não prende-lo.

Por outro lado, o Estado deve se responsabilizar por eventuais atos danosos de seus agentes.

No que concerne à responsabilidade civil do Estado, em conformidade com o disposto no art. 37, §6º da Constituição Federal, sua natureza é objetiva, isto é, independe da aferição de dolo ou culpa por parte da Administração.

Desta feita, tomando em conta a situação econômica da parte autora, o porte econômico do ofensor, bem como a extensão do dano causado (visto que o autor não chegou efetivamente a ficar preso), reputo razoável o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de condenar a Fazenda Pública do Estado de São Paulo a pagar ao autor indenização por danos morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com atualização monetária pela tabela do TJSP para débitos das fazendas públicas – modulada, desde a data da sentença (Súmula nº 362 STJ), com juros de mora a contar da data do fato (Súmula nº 54 STJ) pelos mesmos índices aplicáveis às cadernetas de poupança.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da condenação atualizado, nos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

termos do art. 85, §§ 3º e 4º, III, do Código de Processo Civil.

**P.I.**

São Carlos, 20 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**